

Cultura, memória e arquitetura urbano-cemiterial no sul da Bahia

André Luiz Rosa Ribeiro¹

Se considerarmos a cidade como um território e resultado de vasta trama de relações, e a sua arquitetura como expressão da experiência e da memória, temos no cemitério um espaço privilegiado, pleno de significados e carregado de símbolos de sociabilidades. Talvez uma das formas mais transparentes das representações idealizadas do urbano esteja expressa nas alegorias escultóricas, nos monumentos que, no pensamento do período em questão, contribuía decisivamente para o embelezamento dos equipamentos urbanos em geral, e dos cemitérios em particular.

As cidades sul-baianas constituem um exemplo típico de adequação da feição urbana a uma profunda mudança histórica. As inovações urbanas ocorreram em consonância com as transformações trazidas pela lavoura cacaeira, de modo que as construções e o traçado antigos eram interpretados como pertencentes a um ciclo histórico encerrado. A valorização do cacau baiano no mercado internacional, na passagem do Império para a República, trouxe um aumento substancial nas arrecadações municipais, através dos impostos sobre a comercialização do produto, possibilitando um maior investimento por parte do poder público, nos equipamentos urbanos. As novas edificações públicas e particulares erguidas em Ilhéus, Itabuna ou Canavieiras --prédios, residências ou túmulos-- deveriam traduzir a imponência e o prestígio que os seus habitantes se arrogavam. Mediante os seus reordenamentos, expressos pelas formas arquitetônicas introduzidas pelos projetos urbanísticos postos em prática, esses núcleos vão se configurando, aos poucos, como espaços de projeção de uma organização social desejada, especialmente pela elite econômica².

Há registro de uma capela e cemitério na povoação de Ferradas, atual bairro da cidade de Itabuna, no início da década de 1880, indicando um investimento na urbanização da antiga aldeia indígena dos padres capuchinhos. O cemitério possui uma pequena alameda que segue do portão de entrada em direção à capela, trecho em cujas margens foram erguidos os principais túmulos. Ao fundo, em um declive próximo às margens do Cachoeira, estão situados os túmulos mais simples e rasos. A valorização dos locais mais visíveis no território

¹ Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC / Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia - UFBA

² RIBEIRO, A. L. R. **Memória e identidade:** reformas urbanas e arquitetura cemiterial no sul da Bahia, 1880-1950. Ilhéus: EDITUS, 2005.

dos cemitérios pode ser observada, além de no Campo Santo de Ferradas, nos demais cemitérios estudados.

Outros espaços cemiteriais aqui enfocados datam das últimas décadas do século XIX. Nesse período foi construído o cemitério da Cordilheira no distrito de Cachoeira, entre Ilhéus e a então Tabocas, a julgar pela datação do seu túmulo mais antigo, o do alemão Jonhann Heinrich Berbert, do ano de 1898. O cemitério da fazenda Cordilheira foi originalmente construído no cume de uma pequena elevação às margens da estrada que liga as cidades de Ilhéus e Itabuna, em um período em que o distrito de Cachoeira era um dos principais produtores de cacau do município ilheense.

O cume da elevação abriga os túmulos mais antigos pertencentes a famílias de cacauicultores de ascendência européia, aparentadas entre si. Mais recentemente, as encostas da elevação passaram a abrigar túmulos mais simples, pertencentes à população local. Essa disposição dos túmulos ao longo da encosta e a própria silhueta da elevação onde está situado o cemitério da Cordilheira remetem à idéia de uma formação piramidal dividida em planos hierarquizados correspondentes ao lugar social dos mortos.

Data também do final do século XIX a construção do cemitério municipal de Canavieiras, que veio a substituir o da Irmandade do Santíssimo Sacramento, por decisão da antiga câmara local. Entre os anos de 1886 e 1887 foi requerido pelos vereadores da vila o fim dos enterramentos no cemitério do Santíssimo e a construção de carneiros nos terrenos concedidos pelo município, “por achar-se o atual muito próximo ao recinto da vila”, conforme parecer do delegado da higiene pública. Em uma visita ao antigo cemitério, os vereadores “reconheceram que o espaço mal poderia comportar o número de irmãos falecidos”. Com a proibição dos enterramentos no cemitério da irmandade, a câmara passou a discutir a construção de um outro, afastado dos terrenos urbanos.³

Concomitantemente, o vereador Onésimo Araújo solicitava a construção de uma cerca no antigo cemitério, que se achava em estado de ruína, “a fim de evitar-se a entrada de pessoas e animais, bem como fazer-se o asseio interno”, até que se deliberasse a construção de um outro. Em 1888 foi aceita a petição de Júlio José da Costa, oficial de pedreiro, na qual solicitava dois contos de réis para a edificação do cemitério público, cuja obra era a que “mais reclama atenção da câmara”. Uma junta composta pelos médicos Manoel Pires de Carvalho, delegado de higiene pública, Boaventura Gualter Bahia e Antonio Salustiano Viana apresentou parecer favorável ao local do novo cemitério, “já em atenção a maior elevação do

³ Arquivo Público de Canavieiras. Atas da Câmara da Vila de Canavieiras, Sessões Ordinárias, 1886-1888.

terreno, já em atenção à distância do povoado, que calcula-se em quinhentos metros, já finalmente em atenção aos ventos reinantes”, cuja posição era a mais favorável que se poderia encontrar.⁴

Os custos da obra foram inicialmente financiados pelo governo da Bahia, vindo o então conselho municipal a assumir o restante dos trabalhos. Como a administração dos cemitérios havia passado para as mãos da municipalidade, o conselho contratou o mestre pedreiro Aristides Lopes para arrematação das obras. Lopes as deu por concluídas no ano de 1892, conforme ata do conselho datada de 20 de setembro daquele ano, quando foi solicitada pelo empreiteiro vistoria das dependências e pagamento do serviço.⁵

O primitivo cemitério do arraial de Tabocas, atual cidade de Itabuna, datado do final do século XIX, estava situado na Rua Benjamin Constant, denominada originalmente de Rua do Cemitério, em Taboquinhas, na cabeceira da atual ponte Góes Calmon. Com a transformação da vila em cidade, em 1910, foi iniciada uma reforma no local, a área foi calçada e retirado um cruzeiro existente que demarcava o local de enterramentos. O cruzeiro foi transferido para o local do segundo cemitério, na atual Praça Olinto Leone.

Dois anos depois, os enterramentos foram transferidos para o local da atual Rua Duque de Caxias, na época considerado mais afastado do centro antigo. Com o desenvolvimento urbano, o cemitério foi transferido para o local da atual catedral de São José e, finalmente, para os fundos da Santa Casa de Misericórdia.⁶ A trajetória geográfica do espaço cemiterial itabunense segue uma direção N-NO que acompanha a expansão do que viria a constituir a Avenida do Cinquentenário e da própria *urbs*, entre as décadas de 1890 a 1920.

A última transferência do local do cemitério de Itabuna ocorreu na década de 1920, quando foi inaugurada a necrópole pertencente à Santa Casa de Misericórdia, no bairro do Pontalzinho. O Campo Santo vinha atender às necessidades impostas pelo crescimento vertiginoso da população do município e pelo conseqüente aumento do número de mortos. O aumento do número de falecimentos era agravado pelas condições higiênicas precárias, que favoreciam o aparecimento de epidemias como a febre tifóide e disenterias, causadoras de altas taxas de mortalidade no sul baiano.

Um grupo de fazendeiros e comerciantes, sob a direção religiosa do bispo de Ilhéus e de sacerdotes locais, fundou a Santa Casa de Misericórdia, com o objetivo de levar a termo a construção de um hospital e cemitério, obras que atenderiam às questões higiênicas e dariam

⁴ Id, Sessões Ordinárias, 10 e 12/10/1888.

⁵ Id, Atas do Conselho Municipal de Canavieiras, Sessão Ordinária de 20/9/1892.

⁶ GONÇALVES, F. **O jequitibá da taboca**. Ilhéus: EDITUS, 2009, pp. 115 e 120.

testemunho do prestígio e da riqueza material do recém fundado município cacaueiro. O terreno para a construção do hospital foi doado ao patrimônio da Santa Casa pelo fazendeiro Cherubim José de Oliveira e sua mãe, Catarina Alves de Oliveira. Os terrenos contíguos, onde seria erguido o cemitério, foram vendidos pelos mesmos proprietários ao preço de dois contos de réis, considerado bem abaixo do seu valor imobiliário.⁷ Essa área, no período, demarcava os limites entre a cidade e os pastos que a rodeavam. Aos poucos a cidade cercou o Campo Santo, inserindo-o ao mundo dos vivos, como ocorreu em relação aos demais cemitérios urbanos regionais.

Os recursos para a construção do Campo Santo foram financiados pelos irmãos da Santa Casa e demais membros da sociedade local, com auxílio de verbas públicas, enquanto a sua planta foi confeccionada gratuitamente por Oscar Silva Lima. A obra, inaugurada a 7 de setembro de 1925, teve seus espaços interiores divididos em uma parte superior, onde se encontram carneiros com gavetas que acompanham o muro exterior e quadras destinadas aos jazigos perpétuos, no que poderia ser chamada de “área “nobre”; e uma parte inferior, onde estão localizadas quadras que abrigam uma outra série de carneiros com gavetas e os túmulos mais recentes e de menor custo.

Em Ilhéus, um dos traços mais marcantes do processo de valorização dos espaços cemiteriais foi a reforma do cemitério público municipal, inaugurada no dia de finados de 1913. O que existia anteriormente era cercado de estacas, já bastante aumentado devido a uma grande quantidade de túmulos, muitos dos quais excediam o padrão relativo ao tamanho da área destinada às sepulturas individualizadas. A única parede existente, na sua entrada, encontrava-se arruinada, não sendo raro encontrar animais pastando sobre as sepulturas. Isto decorria da existência, na ladeira que lhe dava acesso, de um pasto denominado de “Zé das Neves”, onde ficavam as tropas que chegavam do interior, carregadas de sacos de cacau e outras mercadorias.

Em 1891, o cemitério público de Ilhéus deixou de estar sob a jurisdição do vigário local e passou para a da câmara municipal, conforme o parágrafo 10 do artigo 109 da recém promulgada constituição estadual.⁸ Até então, o espaço da morte era pouco valorizado na sociedade cacaueira, e raros os investimentos públicos na sua infra-estrutura. O seu isolamento não se restringia apenas à distância física do núcleo urbano, mas se expressava

⁷ MACEDO, J. O. de. **Santa Casa de Misericórdia de Itabuna**: uma história edificante. Itabuna, Colorgraf, 1985, pp. 9-12.

⁸ CAMPOS, J. da S. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981, p. 427.

também na ausência de um projeto institucional que o integrasse ao discurso e práticas modernizantes e às práticas burguesas do período.

O intendente Antônio Pessoa foi o primeiro administrador local a perceber a importância estratégica do cemitério como uma das principais referências para os novos padrões urbanos e como peça importante no jogo político. Logo ao assumir a intendência, cogitou a construção de um novo cemitério que substituísse o antigo, do qual foi aproveitado tão somente o terreno. A superintendência técnica de toda a construção, e o plano da mesma, ficou a cargo de Durval Olivieri, engenheiro municipal, genro de Pessoa e futuro intendente municipal cargo que ocupou de 1928 a 1930, responsável pela direção da maior parte das obras públicas no período final da República Velha.

Conforme Borges de Barros, o novo cemitério “não deslustraria as mais adiantadas capitais e não tem similar no nosso estado”. O autor, que havia escrito um texto de caráter histórico sobre a “antiquíssima e opulenta cidade”, enfatiza o papel do novo equipamento urbano na consolidação da imagem de prosperidade da região do cacau e da força econômica da elite e seus “despojos veneráveis”. Ali repousavam “ilheenses distintíssimos, tudo o que a população atual tem perdido de parentes e amigos desaparecidos na voragem do túmulo”.⁹

A sua área foi ampliada para melhor aproveitar a localização, que “a experiência já demonstrara não ser nociva à saúde pública”.¹⁰ Mediu o novo cemitério 24,60 metros de frente, compreendendo a igreja de Nossa Senhora da Vitória, e 446,60 metros de perímetro total, com uma superfície de 9.812 metros quadrados, assim discriminados: 5.586 da área antiga, 3.710 da nova e 516 de dois espaços laterais à capela destinados a jardins. Entre as áreas antiga e nova foi localizado o ossuário, construído em alvenaria e cimento. Nesse espaço coletivo são depositados os ossos dos mortos inumados nas sepulturas comuns. Na frente da igreja da Vitória construiu-se um adro de 5 metros de largura, para o qual dava acesso uma escada de alvenaria com sete degraus, posteriormente substituída por uma rampa lateral.

A frente do cemitério foi gradeada de ferro sobre uma base de alvenaria com 2 metros de altura no total. Esta parte frontal inclui nove pilares artisticamente trabalhados. A entrada é feita por um imponente portão, tendo ao alto um dístico e uma placa comemorativa em mármore, onde lê-se a data de inauguração e o nome do intendente Pessoa. Todo o conjunto é fechado em obra de alvenaria, sobre a qual assenta uma balaustrada na extensão de 422

⁹ BORGES DE BARROS, F. **Memória sobre o município de Ilhéus** Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981, pp. 101-2.

¹⁰ Id. *Ibid.*, p. 102.

metros, com 83 colunas encimadas por vasos e pinhais, e na qual empregaram-se 1.394 balaústres. Para a área nova abriu-se, desde o portão, uma rua calçada de cimento com 124 metros de comprimento e 3 metros de largura. Ao fim da rua encontra-se uma escada de alvenaria, pela qual se tem acesso à parte nova do cemitério, onde se achavam originalmente espaços para trezentas e quatro sepulturas rasas, formando seis grupos separados por sete corredores calçados e cimentados.

A reforma do cemitério municipal constituiu uma das maiores preocupações da *Gazeta de Ilhéus*, nos inícios do século XX. Em 1902, comentava o jornal que “o cemitério desta cidade ao mesmo tempo em que infunde respeito e veneração, desperta também um sentimento de repulsão pelo estado de desasseio e quase abandono em que jaz.” Qualquer pessoa que a ele se dirigisse acompanhando um enterro ou em simples visita iria “sentir uma tristeza imensa ao contemplar a muralha que o cerca, já em parte esboroadada, em alguns pontos completamente por terra”. O fatalismo do discurso higienista denuncia a inoperância administrativa dos adversários políticos. Quando a lei secularizou os cemitérios, entregando a sua administração às municipalidades “fê-lo na presunção de serem melhor fiscalizados, afim de não continuar a ser fôcus de infecção”. Um cemitério aberto, segundo o periódico, “está exposto a que os animais escavem a terra” e o resultado não se faria esperar.¹¹

A reforma do cemitério ocupou um lugar central no discurso "pessoísta". Em vários artigos seus nas gazetas locais o coronel Pessoa discorreu sobre o assunto, chamando a atenção para a importância do culto dos mortos e o esquecimento que o mesmo teve por parte da oposição, quando no poder. O coronel Pessoa acreditava que a reverência aos mortos deveria ser traduzida na aparência das necrópoles. Segundo a sua concepção, era inaceitável que o município de São Jorge dos Ilhéus, de importância comparável à da capital do estado, tivesse num dos seus pontos mais visíveis um cemitério cercado de estacas e coberto de mato.

Os jornais sucedâneos, ligados ao grupo “pessoísta”, lembravam em seus artigos o espírito cívico dos membros do partido na defesa da reforma e rebatiam as críticas feitas à obra pelos adversários. Os textos enfatizavam a necessidade de transformar o novo cemitério em um lugar de memória para os membros da sociedade regional. “Nada mais desolador” do que uma visita ao antigo cemitério, onde “a alma se confrange ante a desumana e pecaminosa ação daqueles que atiram à vala do esquecimento, o lugar onde quase todos têm uma ossada de pai, os restos de um filho, o cadáver de um irmão”.

¹¹ Centro de Documentação e Memória Regional / UESC. *Gazeta de Ilhéus*, n. 61, 10/11/1902, p. 1.

A higienização do antigo cemitério era precária, assim como o cuidado com as sepulturas. Em 1908, o *Jornal de Ilhéus* denuncia que “alimentado pelo produto humífero da decomposição dos órgãos soterrados, o capinzal cresce ingurgitado de seiva”. Os corpos para ali levados, “entre lágrimas de saudade e de dor” eram jogados “em um chão coberto de capim, nem uma muralha para impedir a profanação dos animais que ali pastam e se reproduzem, nem um guarda para zelar as sepulturas que se abatem, as lousas que se quebram”. Sem a proteção das lápides a maioria das sepulturas expunham as ossadas que “os ignorantes que lá vão” puxam brincando com a ponta da bengala.¹²

Em suma, o cemitério antigo “confrangia e acabrunhava” os ilheenses. O município não podia ter “logo no seu ponto mais ostensivo” um cemitério cercado de estacas. A culpa, porém, não era da totalidade da população. Os “bons ilheenses, homens de coração e patriotas” lastimavam aquele “sacrílego abandono” e a “irreligião dos detentores do poder”. Eram aqueles homens os que mais se sentiam “desse desamor pelos finados” e combatiam o abandono da necrópole e dos seus mortos.¹³

A administração do cemitério foi posteriormente regulamentada pelo Código de Posturas, criado pela Lei Municipal n. 277, de 1 de outubro de 1924, na gestão do intendente Mário Pessoa da Costa e Silva, filho e herdeiro político do coronel Antônio Pessoa. Na Seção VII do capítulo referente à Polícia Sanitária, encontram-se as disposições sobre os cemitérios e os enterramentos.¹⁴ O controle da morte passou a ser oficialmente uma ocupação da administração laica, com pouca interferência da Igreja. O asseio e a fiscalização dos cemitérios municipais e dos enterros efetuados eram de imediata responsabilidade dos seus administradores, que deveriam não só observar as disposições do Código como as determinações da Diretoria de Higiene Pública.

As sepulturas do cemitério reformado foram divididas em duas categorias -- particulares e comuns. As primeiras eram as que, por aforamento perpétuo, eram concedidas pelo poder público a particulares. As que não possuíssem aforamento perpétuo pertenciam à segunda categoria. Nas áreas atribuídas às sepulturas comuns não poderiam ser construídos mausoléu, jazigo ou carneiro. Era apenas permitido encimar os túmulos de grade de ferro ou madeira e cruces, que não tivessem mais de 1, 10 m. de altura, “e lápides ou emblemas que se possam retirar com facilidade, quando for tempo de abrir-se nova sepultura no local.”¹⁵

¹² Id. *Jornal de Ilhéus*, n. 56. 12/04/1908, p. 1

¹³ Id. *Ibid.* n. 69, 13/11/1913, p. 1.

¹⁴ Código de Posturas de Ilhéus. Lei Municipal 277, de 1 de outubro de 1924. Impresso, pp. 158-165.

¹⁵ Id, *Ibid.*, artigos 665 e 666.

Aos corpos enterrados nessas sepulturas comuns era dado o direito a uma memória temporária, sendo esta uma das principais distinções simbólicas entre elas e as sepulturas de caráter perpétuo. As pedras, grades ou cruzeiros retiradas das sepulturas comuns, ao tempo de sua reabertura, eram conservadas no depósito do cemitério pelo espaço de seis meses, à disposição dos que as fossem reclamar. Findo esse prazo procedia-se a sua venda em hasta pública, revertendo o resultado em benefício do cemitério.¹⁶

A emergência dos jazigos monumentais também estava submetida a uma lógica hierarquizadora. As famílias de grandes fazendeiros e comerciantes passaram a disputar entre si a primazia da ostentação, seguidas de perto pelas camadas menos favorecidas que tentavam imitá-las na medida de suas possibilidades. As famílias mais abastadas, ao adquirirem concessões perpétuas, principalmente a partir da década de 1920, priorizaram os terrenos próximos aos portões de entrada, situados ao longo das “ruas” principais, o que proporcionava uma maior visibilidade social.

De acordo com o Código de Posturas, as sepulturas particulares não poderiam ocupar superfície superior a seis metros quadrados, sendo de adulto, e quatro metros quadrados, sendo de criança. As sepulturas comuns teriam no máximo dois metros de comprimento por um de largura, guardando entre uma e outra o espaço de sessenta e seis centímetros.¹⁷ Isto implicava uma outra distinção básica entre as duas categorias, a superfície máxima a ser ocupada, que privilegiava os que podiam arcar com as despesas de aquisição da sepultura perpétua. O tamanho da área ocupada e a altura dos monumentos funerários eram símbolos do lugar social da família, tal como ocorria nas residências rurais e nos luxuosos palacetes urbanos. Assim como no domínio dos vivos, onde, “quem não tem haveres não tem dignidade”, no domínio dos mortos a propriedade é necessária para garantir uma individualidade respeitável. Esta é “a lei fundamental do novo cemitério, que inventa concessões ‘perpétuas’ de 60 ou 100 anos, para nutrir a esperança e a ilusão de que o ter continuará a ser”.¹⁸

Os túmulos mais custosos foram preferencialmente construídos na área de expansão do antigo cemitério. Como o solo urbano em geral, o solo cemiterial tornou-se caro e sujeito à especulação imobiliária, burlando as disposições originais. O período situado entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930 se converteu na “idade de ouro do cemitério”, época da construção em larga escala dos jazigos perpétuos. A comparação entre túmulos de

¹⁶ Idem. artigo 674.

¹⁷ Idem. Artigos 667 e 668.

¹⁸ MARANHÃO, J. L. **O que é a morte**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 38.

diferentes datações revela características significativas das diversas épocas. Os jazigos mais antigos, erguidos no final do século XIX e início do século XX, foram concebidos em forma de torreões e colunetas com nichos ou estátuas. Apesar do material custoso de alguns, esses túmulos possuem dimensões de padrão médio e uma simplicidade que vai aos poucos sendo abandonada para dar lugar à ostentação dos túmulos de padrão grande e superior, típica da nova burguesia cacaueira, a partir da década de 1920.

Os túmulos mais antigos e mais simples, entre as décadas de 1880 e 1900, eram construídos em alvenaria e recobertos preferencialmente de pedras de mármore. Diferentemente do aspecto relativamente simples das sepulturas do século XIX, o gradativo aumento do número de jazigos perpétuos e a acelerada urbanização dos cemitérios urbanos foram conferindo a estes um aspecto pétreo, associado ao uso do mármore e do granito. Estes eram tidos como materiais nobres por excelência e foram profusamente utilizados no revestimento dos túmulos, assim como o bronze o foi nas imagens decorativas. Nos túmulos cujos proprietários não optaram por revesti-los totalmente de mármore, apenas a lápide era desse material.

Sobretudo as sepulturas, as que se encontram nos cemitérios rurais conservam a singeleza e a ligação com os padrões cristãos, próprios de uma sociedade de cunho tradicionalista e patriarcal. Os jazigos perpétuos, cujas formas reproduziam partes componentes da arquitetura das igrejas como torres sineiras ou sacrários, foram construídos a princípio para funcionar como uma espécie de substituto do teto eclesiástico, deslocado para um espaço mais secular.¹⁹ Tanto nos cemitérios rurais quanto nos urbanos os túmulos mais antigos não buscam imitar igreja no seu todo, caso dos túmulos-capelas, mas parte delas como sacrários, nichos, altares e torres sineiras.

Aos poucos o mármore foi sendo substituído pelo granito produzido industrialmente, enquanto as estátuas de mármore e as inscrições primitivamente esculpidas nas lápides dão lugar aos modelos estereotipados de bronze. As estátuas de mármore localizadas nos túmulos mais antigos foram encomendadas na Europa ou nas oficinas artísticas do Rio de Janeiro e de Salvador, enquanto que nos túmulos mais recentes o granito e o bronze eram adquiridos, em sua maioria, em oficinas paulistas e mineiras havendo um deslocamento dos mercados abastecedores de imagens e materiais para a construção e reforma de túmulos no sul da Bahia.

Desse modo, os cemitérios foram se urbanizando segundo uma lógica semelhante à da cidade dos vivos, com a predominância de túmulos verticais e, como complemento, uma

¹⁹ ARIÈS, P. **Images de l'homme devant la mort**. Paris: Editions du Seuil, 1983, p. 259.

intensa utilização de estatuária e objetos decorativos. Evidentemente, a intensidade dos investimentos diferia conforme a capacidade financeira dos municípios. As áreas de maior produção de sacas de cacau – a exemplo de Ilhéus, Itabuna ou Canavieiras -- puderam promover amplas reformas no espaço cemiterial e possuem um acervo tumular de aspecto monumental, tão ao gosto da elite econômica do período. Por outro lado, os cemitérios dos municípios situados em áreas de menor produção e capitalização de recursos, como Camamú, ou Barra do Rio de Contas, mantiveram o tamanho original e apresentam poucos sinais de melhorias na sua infra-estrutura, apesar de possuírem alguns exemplares que se distinguem no material empregado e nos símbolos esculpidos nos túmulos das principais famílias.

É próprio dos monumentos comunicar um significado de valor e recordar um fato ou uma personalidade. Desse modo, monumentos de caráter privado se transformaram em comunicadores de valores reais ou atribuídos à condição social ou econômica dos proprietários, mediante o aparato simbólico e material que se tomaram emprestados dos monumentos-modelos. O jazigo de mármore ou granito, a estátua, o epitáfio e as fotografias irão afirmar o novo culto dos mortos, consolidado pela gestão familiar e pelas visitas ao cemitério.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, P. **Images de l'homme devant la mort**. Paris: Editions du Seuil, 1983.
- BORGES DE BARROS, F. **Memória sobre o município de Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981.
- CAMPOS, J. da S. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.
- 2004.
- GONÇALVES, F. **O jequitibá da taboca**. Ilhéus: EDITUS, 2009.
- MACEDO, J. O. de. **Santa Casa de Misericórdia de Itabuna: uma história edificante**. Itabuna: Colorgraf, 1985.
- MARANHÃO, J. L. de S. **O que é a morte**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIBEIRO, A. L. R. **Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauceira, 1880-1950**. Ilhéus: Editus, 2005.

ARQUIVOS

Arquivo Público de Canavieiras –APC

Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz – CEDOC-UESC